

**LEI Nº 230, DE 13 DE AGOSTO DE 1954.**

(Revogada pela Lei nº 3.405/2018)

~~O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE**: Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º**— Fica concedido aos funcionários, aos extranumerários e aos inativos da Municipalidade, um abono de emergência para ser pago de conformidade com a seguinte tabela: aos que tem vencimento até mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$1.500,00), um abono de setecentos cruzeiros (Cr\$ 700,00; aos que tem vencimento de mil quinhentos e dez cruzeiros (Cr\$1.510,00) até dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00), um abono de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00; aos que tem vencimento superior a dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00), um abono de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00).~~

~~**Art. 2º**— Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a abrir o crédito necessário ao pagamento do abono constante do artigo anterior.~~

~~**Art. 3º**— O abono de emergência concedido pela presente Lei deverá ser pago a partir de primeiro (1º) de julho do corrente ano.~~

~~**Art. 4º**— O crédito necessário ao cumprimento da presente Lei correrá por conta do provável excesso de arrecadação do presente exercício.~~

~~**Art. 5º**— Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre, 13 de agosto de 1954.

**JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.